

Memórias do movimento de conservação da APA Floresta Manaós: defesa territorial e a emergência da Ciência Ambiental na UFAM.

**Memories of the conservation movement of the APA Floresta
Manaós: Territorial defense and the emergence of Environmental
Science at UFAM.**

Fabiane Araujo Oliveira*
Elizabeth Conceição Santos**

Resumo: A Região Amazônica teve e tem marcada em todo seu processo histórico uma pluralidade de anseios de diversas fontes. O olhar retrospectivo do ambiente possibilita reflexões prospectivas acerca da espécie de gestão urbana ambiental que necessita ser desenvolvida para garantir a sustentabilidade e conservação ambiental. Assim, este artigo tem por objetivo resgatar as memórias do processo de ocupação ao longo da década de 1960 até a implantação em 2012 da Área de Proteção Ambiental Floresta Manaós. Caracteriza-se por um estudo de caso único, com abordagem qualitativa se utilizando da pesquisa bibliográfica, documental e história de vida. A partir dessa apuração foi possível observar a complexidade em harmonizar os diferentes interesses particulares com a conservação dos ecossistemas existentes, demonstrando o caminho percorrido da emergência de movimentos ambientais que tinham como foco a defesa territorial e posteriormente se transformando em Ciências Ambientais.

Palavras-Chave: História ambiental. Área de Proteção Ambiental. Conservação Ambiental.

* Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA - UFAM, desenvolvendo a pesquisa sobre Cidadania Ambiental na Amazônia em parceria com a Universidade de Hull, na Inglaterra.

** Pós-doutorado na Universidade Federal do Ceará, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, com pesquisa contemplando a interrelação da Educação Ambiental com a Geografia, no contexto da Complexidade (2013). Doutorado em Biologia Controle do Meio Ambiente - Universidad de León (2000) e Doutorado em Educação Pública, pela Universidade Federal de Mato Grosso (2001), tendo desenvolvido tese contemplando as manifestações culturais e suas relações com a questão ambiental na Amazônia. Participou como docente e orientadora do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências na Universidade do Estado do Amazonas e Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Amazonas. Foi professora da Universidade Federal do Amazonas a partir de 1976. Atualmente é professora da Universidade do Estado do Amazonas.

Abstract: The Amazon Region had and has marked in all its historical process a plurality of desires from various sources. The retrospective view of the environment enables prospective reflections on the species of urban environmental management that needs to be developed to ensure sustainability and environmental conservation. Thus, this article aims to rescue the memories of the occupation process throughout the 1960s until the implementation in 2012 of the Environmental Protection Area Manaós Forest. It is characterized by a unique case study, with a qualitative approach using bibliographic, documental and life history research. From this research it was possible to observe the complexity of harmonizing the different particular interests with the conservation of existing ecosystems, demonstrating the path taken by the emersion of environmental movements that focused on territorial defense and later became Environmental Sciences.

Keywords: Environmental History. Environmental Protection Area. Environmental Conservation.

Introdução

Segundo Berend (2006), os problemas ambientais ganharam atenção após inúmeras manifestações populares impulsionadas pelas várias tragédias, como o acidente de poluição do ar em Londres, conhecido como “O Grande Nevoeiro”, o qual provocou a morte de 12 mil pessoas em 1952¹.

A história ambiental é um campo disciplinar que estreia com a construção social do conceito do ambiente, consagrando um olhar retrospectivo e prospectivo sobre o ambiente, portanto como esta análise pode fazer emergir o exercício da cidadania ambiental em defesa do lugar?

Abrir o olhar para a história ambiental da APA Floresta Manaós, localizada em Manaus, estado do Amazonas, nos remete ao surgimento de uma habilidade que o indivíduo expressa, quando é capaz de estabelecer uma maneira de pensar a relação homem – ambiente, sua conscientização sobre o seu lugar na natureza, ou seja, a percepção ambiental, a reflexão para compreensão das inter-relações, suas expectativas, felicidade, insatisfações, julgamentos e comportamento, tanto

¹ O evento ficou conhecido como Big Smoke, caracterizando-se como um período de poluição atmosférica causado pela queima de carvão pela indústria.

no ambiente natural quanto no construído, influenciando a qualidade de vida (não apenas humana) e de outras gerações (LEFF, 2001), assim,

A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica do ambiente como campo das relações sociedade-natureza oferece tão-somente uma primeira porta de entrada ao estudo de suas complexas inter-relações (LEFF, 2001, p. 386).

O resgate dessas memórias nos leva a ratificar a importância desse fragmento florestal, mas que pouco sabemos sobre as histórias de lutas que estão marcadas nas lembranças daqueles que ousaram defender, com sua própria vida se necessário fosse, esse espaço. No decorrer dessa pesquisa foi possível perceber o empenho de muitas pessoas para a conservação e preservação ambiental do Campus da Universidade Federal do Amazonas, ações essas que possibilitaram termos este local, como o conhecemos hoje e o surgimento da questão ambiental contextualizada como Ciência.

A explanação que faremos neste artigo contemplou a descrição dos aspectos geográficos, o processo ocupacional do *Campus*, as memórias dos conflitos em sua defesa, a consolidação das Ciências Ambientais na Universidade Federal do Amazonas, os movimentos ambientais que floresceram e que institucionalizaram políticas públicas ambientais refletidas na cidade, Estado e que se consolidam até nos dias atuais.

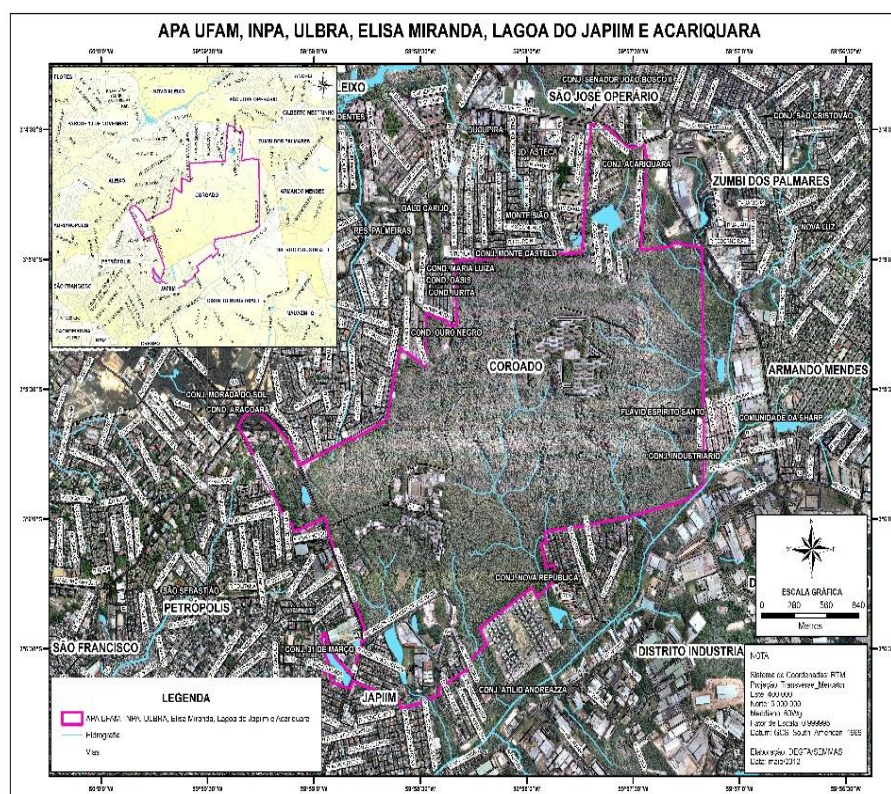
A sustentação adotada para elaboração e desenvolvimento deste artigo firmou-se a partir do aporte teórico da complexidade sob uma perspectiva transversal, interdisciplinar na busca da emergência das fronteiras disciplinares, portanto iremos abordar a relação alimentada e retroativa das dimensões humanas, entre elas a questão geográfica, econômica, social e cultural em que esse fragmento florestal está inserido. Isso posto, este estudo objetivou resgatar as memórias do processo de ocupação ao longo da década de 1960 até a implantação da Área de Proteção Ambiental Floresta Manaós. Tal pesquisa é parte integrante de uma tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Amazônia e se caracterizou como um Estudo de Caso Único (YIN, 2015, p.54) e atentou aos cuidados éticos dispostos na Resolução 196/96 (BRASIL, 1996) o qual define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas e recebeu aprovação no Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da

Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) no CAEE 88386918.6.0000.5020 descrito no Parecer nº 2.844.663.

A área de estudo escolhida para a realização deste estudo foi a APA Floresta Manaós, localizada na zona Centro-Sul do município de Manaus/Amazonas/Brasil, zona Centro-Sul, com significativa importância para o centro urbano de Manaus quais seja pela possibilidade da pesquisa científica, visitação pública, recreação, contato com a natureza entre outros. Esse lugar vem sofrendo as mais diversas pressões antrópicas sendo necessário, portanto, um conhecimento sobre o exercício da cidadania ambiental dos sujeitos que possuem contato direto com a mesma. Nesse sentido, sendo o homem um ser histórico, trazendo em sua bagagem de vida memórias não contempladas por muitos historiadores, desenvolvemos uma visão endógena, da perspectiva histórica contada pelos personagens que lutaram em defesa da conservação desse importante fragmento florestal urbano, são eles: professores, coordenadores, vigilantes e administrativos que contribuem com suas lembranças preciosas que precisavam ser resgatadas, contadas e registradas.

Inicialmente denominada como APA UFAM, INPA, ULBRA, Lagoa Do Japiim, Eliza Miranda e Acariquara (Figura 1), foi criada pelo Decreto Municipal nº 1.503 de 27/03/2012, reunindo 759,15 há, formados pelos fragmentos florestais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Parque Lagoa do Japiim e Área Verde do Conjunto Acariquara, contudo a pesquisa se concentrará no Campus Universitário Senador Virgílio Filho com 6,7 milhões de metros quadrados, com um perímetro 16,9Km de terreno. A Área de Proteção é o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do país (CAVALCANTE et al., 2014). Atualmente a comissão gestora substituiu o nome para APA Floresta Manaós, conforme Decreto 4.515 de 26/07/2019.

Figura 1 - Área de Proteção Ambiental - APA FLORESTA MANAÓIS
(Decreto 4.515 DE 26/07/2019)



Fonte: SEMMAS, 2018.

Fluxos migratórios em Manaus na década de 1960.

A região amazônica teve marcada em todo seu processo histórico cobiças de diversas ordens, tanto por grandes empresas, países e organizações estrangeiras, quanto por uma parcela da sua própria população. É notório e sabido que todo esse olhar advém, em função da incalculável reserva de recursos e bens naturais, especialmente de água, e à sua biodiversidade, sendo fonte de esperança para a descoberta de curas de doenças que assolam a humanidade.

Assim foi impresso na Região Norte, durante seu processo histórico de ocupação, um extenso fluxo migratório seja para atender aos interesses da produção gumífera ou para a instalação da Zona Franca de Manaus, tais correntes sempre tiveram relação com ciclos econômicos. Com a propalação da economia da borracha até a década de 60, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram

para a Amazônia, representando assim, o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira superado somente pela migração paulista para São Paulo (BENCHIMOL,1992)

Concebe-se como ciclos de desenvolvimento do Amazonas: o primeiro ciclo – borracha – 1879 - 1945; o segundo ciclo – Zona Franca, iniciado em 1975; e o terceiro ciclo – Zona Franca Verde – iniciado em 2015.

A Zona Franca provocou grande êxodo rural, principalmente da região do Baixo Amazonas, independentemente da migração de outros estados brasileiros, com a institucionalização do Polo Industrial de Manaus constituído por indústrias montadoras, que requeriam imensa mão de obra.

A cidade foi crescendo demograficamente ocasionando grande pressão sobre as florestas primárias, dando início aos primeiros fragmentos florestais urbanos. A ocupação do solo de forma desordenada, com ausência de um zoneamento refletiu na alteração do espaço físico urbano por meio de desmatamentos irregulares. Nesse sentido a expansão da cidade de Manaus se deu em detrimento da oferta de trabalho formal e informal estimulado pela implantação da Zona Franca de Manaus, os ribeirinhos e grande parte de nordestinos em sua maioria chegavam na cidade e construíam suas moradias em área de floresta primária, ou seja, florestas que nunca havia sofrido perturbações significativas.

Assim, comunidades biológicas que levaram milhões de anos para se desenvolver vêm sendo devastadas pelo homem em toda a Terra. A lista de transformações de sistemas naturais que estão diretamente relacionadas a atividades humanas é longa. Ciclos hidrológicos e químicos vêm sendo perturbados pela devastação de terras. Bilhões de toneladas de solo são deslocadas para rios, lagos e oceanos a cada ano. A diversidade genética diminuiu, inclusive entre espécies com grandes populações (PRIMACK e RODRIGUES, 2001). Alves (2011) em sua dissertação de mestrado conclui que, levando em consideração o total de perda de áreas de fragmentos (de 2005 a 2010), Manaus perde, em média, 1.105 hectares a cada dois anos e meio.

É notório que os bairros novos e as ocupações nomeadas de “invasões” sempre convergiram para a expansão da cidade, exercendo, neste processo de ocupação, grande pressão nos fragmentos florestais já existentes. Heimbecker (2014), em sua pesquisa “Habitar na Cidade: Provisão Estatal da Moradia em

Manaus, de 1943 a 1975”, vem contribuir informando que a extinção da Cidade Flutuante teve uma ligação direta com o novo pensamento urbanístico que começava a ser implantado, sendo assim de grande significado para a história da cidade. Tal preocupação podia ser vista principalmente nos discursos políticos e veículos de comunicação da época (Figura 2 e 3).

Figura 2 - Manaus, década de 1970 – 1980



Fonte: Museu Amazônico/UFAM, 18.12.18

Figura 3 - Cidade Flutuante



Fonte: Sítio eletrônico Manaus de Antigamente. Disponível em: <http://manausdeantigamente.blogspot.com/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Para Heimbecker (2014), até os anos de 1975, o grande volume de habitações produzidas na cidade não era articulado à atividade governamental. Além disso, conseguir alguma das moradias construídas exigia passar por um processo marcado por certas restrições, comumente marcado por relações de influência junto a funcionários públicos detentores de poder decisório sobre os moradores para os quais seriam destinadas as casas dos conjuntos habitacionais. Isto porque os conjuntos passaram a ser incorporados pelo Sistema Financeiro da Habitação, criado durante o governo militar, o que condicionou a compra de habitação nesses locais e levou ao endividamento de populares que conseguiam financiamento para a aquisição desses imóveis. Sendo a terra uma propriedade privada, dessa forma, o processo de aquisição não era muito fácil, especialmente para as pessoas que advinham do interior, porquanto começaram a formar a Cidade Flutuante, uma vez que a água é de propriedade coletiva, como argumenta Heimbecker (2014).

A pressão sobre os Fragmentos Florestais e o nascimento dos movimentos ambientais institucionais

Nesse contexto, as pessoas iniciaram vários processos de ocupação do solo de forma irregular, constituindo grandes mosaicos de fragmentos florestais que, aos poucos, foram sendo derrubados e se transformando em bairros. Aziz Ab'Sáber (2004), reconhecido historiador da Amazônia, comentando sobre o crescimento populacional em Manaus, dirige-se à instalação do Distrito Industrial como origem de uma exponencial multiplicação demográfica.

Calcula-se que, à época da proclamação da República, Manaus tivesse mais ou menos 10 mil habitantes. Ao fim do ciclo da borracha, a cidade atingiu 75 mil moradores. Nos dois censos de meados do século, a cidade registrou pouco mais de 100 mil habitantes: 108 mil em 1940, passando apenas para 110678 em 1950. Em 1970, nos primórdios de instalação da Zona Franca, a cidade deu um salto demográfico, atingindo 281685 habitantes. E, daí para a frente, tornou-se uma cidade grande, registrando 611763 em 1980 e atingindo pouco mais de um milhão de pessoas em 1991 (1009774). O mecanismo de produção de espaços urbanos na região do baixo planalto de Manaus foi

relativamente complexo, já que comportou inicialmente um modelo de crescimento de bairros carentes em posição interurbana segundo a tradição de “invasões” ao longo dos igarapés e, logo depois, uma periferização semi-ordenada, pelos quadrantes interiores do tabuleiro ondulado regional. (AB’SÁBER, 2004, p. 220).

As pressões antrópicas eram muito intensas e logo o espaço destinado ao *Campus* Universitário se transforma em fragmento florestal. Para Forsberg (1999) a propaganda do governo sobre os benefícios econômicos que seriam criados pelos programas de desenvolvimento a serem instalados na Amazônia Central atraiu milhares de pessoas para Manaus. Invasões por posseiros ocorreram em vários terrenos florestais localizados nas áreas periféricas e rurais de Manaus, acelerando seu processo de urbanização. A Universidade do Amazonas, como se intitulava à época, perdeu 119 hectares de floresta. Uma das áreas invadidas foi a parte noroeste do *Campus*, onde o bairro do Coroado está atualmente localizado. No início dos anos 1970, a Universidade não tinha controle total sobre a área, nem a infraestrutura para gerenciá-la. Os conflitos entre os moradores do Coroado e os funcionários da Universidade foram parcialmente resolvidos no início dos anos 80, quando a área foi formalmente entregue à população pela Companhia de Habitação da Amazônia (COHAB/AM), que pagou a Universidade pela área invadida.

Sobre tal problemática, o vigilante institucional Sr. Figueira, (entrevista concedida em 14/12/2018) nos diz que,

Quando eu entrei em 1974 o Coroado já estava formado, eu já entrei pra combater. Eu passei com 140 pessoas contratada aqui defendendo a área mas mesmo assim eles ainda conseguiram entrar pra mais de 500 metros pra dentro do terreno da universidade. O governo dando apoio a eles. A gente metia nossa divisa num dia e no outro dia já estavam lá dentro. E quando o governo fez o contrato com a Universidade pra tirar eles e fazer uma rua separando a universidade do Coroado, a Rua Cristo Rei, ainda passaram pra dentro do terreno da universidade uns 150 metros. Essa cerca era lá na frente. Fizeram por troca de favores. O Estado fez alguma coisa pela universidade e aí ganhou aquele pedaço de terra pra botar mais gente que já estavam e não recuavam. Tinha muitos interesses eleitorais. O Coroado já estava formado não tinha mais jeito, aí a Universidade negociou com o Estado, aí fizeram aquela rua, foi quando parou a invasão. Mas enquanto isso, eles iam entrando a cada dia entravam um pouco. O cara fazia um quintal, fazia um roçado, e iam entrando. (...) A

invasão já estava lá onde hoje é a Reitoria. Tinha roçado tudo lá pra dentro. Tinha várias áreas de carvão, abacaxizal, granja. Muitos não saíam porque eles alegavam que não tinham como viver. Eles eram posseiros mas tinham direito porque tinham muita plantação de abacaxi que eles levavam pra vender na cidade e faziam carvão dos roçados que eles faziam. Uns foram indenizados e outros foram tirados na marra que a federal tirou mesmo. Tem pessoas que já morreram com a Universidade na justiça e não pagou. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018)

Vimos, portanto, no relato do Sr. Figueira, que a diminuição do desmatamento na Universidade se deu pela contribuição do Estado por meio da construção de uma rua, delimitando, assim, os espaços e cessando as invasões, contudo não impediu a construção de residências na fronteira com o fragmento ambiental, as quais deram início a um novo modelo de ocupação com o intuito de alargar seu território, lazer e caça aos animais e frutos. Esse problema ainda hoje tem reflexos, razão pela qual a Universidade optou pela construção de um muro somente na fronteira com o bairro do Coroadó, por ser um investimento de alto custo.

Nesse ínterim de ocupações irregulares, outras ações do governo foram tomadas na tentativa de um planejamento urbano na cidade de Manaus, contudo não avançavam na mesma velocidade das invasões.

Para Dra. Elizabeth Santos a expansão e a implantação da Universidade também ocorreu de forma muito rápida e sem reflexão profunda, a mesma utiliza um pensamento de Ab'Sáber, o qual discutia que na Amazônia para implantar algum tipo de desenvolvimento, este deveria ser antecipado por um zoneamento ecológico e econômico, “ele dizia isso pra se discutir o que fazer, onde fazer e como fazer, esse é um paralelo que eu faço para a UFAM, pois na prática é que vai se expandindo, se instalando e depois vê alguma coisa” (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018)

Para Forsberg (1999), o *Campus*² atravessou três fases que estão relacionadas entre si como veremos a seguir:

² Campus Forest underwent three main stages, closely linked in time. The first was the construction of the University of Amazonas in 1969, when the area was scarcely occupied. The second was the human occupation around the campus that occurred mainly through land invasions and residential parks. This stage can also be divided into two periods of rural exodus to the cities: the first caused by frequent flooding and lack of economic alternatives in the countryside, and the second, in the last 10 years, when it was stimulated by electoral interests. The third stage was

A **primeira** foi a construção da Universidade do Amazonas em 1969, quando a área estava pouco ocupada. A **segunda** foi a ocupação humana ao redor do campus, que ocorreu principalmente por meio de invasões de terras e parques residenciais. Esta etapa também pode ser dividida em dois períodos de êxodo rural para as cidades: a primeira causada por frequentes inundações e falta de alternativas econômicas no campo, e a segunda, nos últimos 10 anos, quando foi estimulada por interesses eleitorais. A **terceira** etapa foi a construção de uma zona industrial (SUFRAMA) próxima ao campus no início da década de 1970, como parte do plano de desenvolvimento da Amazônia. (FORSBERG, 1999, p. 33).

As fases descritas por Forsberg são apenas didáticas para ilustrar o processo histórico de ocupação do espaço, pois elas se desencadeiam imbricadas devido à explosão demográfica e à onda de apropriação irregular nesse período. Santos, entrevistada nesta pesquisa, esclarece-nos que a construção da Universidade do Amazonas tinha por objetivo conter as invasões, pois os cursos de graduação da Universidade eram espalhados por toda a cidade de Manaus.

A ida da UFAM pra lá foi uma medida necessária de ocupação para conter as invasões que estavam se concretizando como bairros e conjuntos habitacionais e se a UFAM não deslocasse as suas instalações que eram pulverizadas pela cidade iríamos perder essa área. Era tudo muito fragmentado e a ideia sempre foi levar todos os cursos. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Esclarecendo essa pulverização das unidades acadêmicas da Universidade pela cidade de Manaus, Brito (2011, p. 92) nos informa que, no período de 1962 até 1976, os cursos que pertenciam à Universidade Federal do Amazonas operavam em prédios isolados, distribuídos pelo centro da cidade. “A partir da construção do *Campus* Universitário, projetado pelo arquiteto Severiano Mário Porto, que ostenta premiação nacional, passaram gradativamente a ocupar o novo espaço.” (Figura 4).

As primeiras construções na área denominada de Minicampus, foram destinadas à Faculdade de Educação Física - FEF, ao Instituto de Ciências Exatas - ICE e ao Instituto de Ciências Biológicas - ICB. A primeira unidade a ocupar o

the construction of an industrial zone (SUFRAMA) close to the campus in the beginning of the 1970s as part of the development plan for the Amazon

minicampus foi o Instituto de Ciências Exatas. A ocupação do novo espaço pelas três unidades acadêmicas, “a partir de 1976, além de iniciar o processo de concentração, em um só lugar, das partes constitutivas da instituição, possibilitou, também, um maior intercâmbio entre elas” (BRITO, 2011, p. 93).

Figura 4 - ICB no Campus



Fonte: Museu Amazônico/UFAM, 18.12.18

Assim, a formação da área destinada ao campus da Universidade Federal do Amazonas em Manaus foi criada em 1968, a partir da compra e/ou doação de diversos terrenos e sítios, contendo desta maneira áreas degradadas, pomares e áreas de florestas primárias. Até o início da década de oitenta a área do campus apresentava uma conectividade com florestas contínuas principalmente ao norte e nordeste da cidade de Manaus. Entretanto, no final desta mesma década todo o perímetro do Campus foi ocupado por comunidades que habitam os bairros de entorno (FORSBERG, 1999).

Sr. Figueira, vigilante institucional, relembra que,

Aqui era o roçado do Sr. Veríssimo, era um senhor que invadiu essa área também. Ele já morreu mas estava com a Universidade na justiça pra ser indenizado né(...) eles aproveitaram a invasão, e depois queriam indenização né pra sair. (...) Pegamos muita carreira desse pessoal do Coroadó, vinham atrás da gente de pau, terçado, espingarda e os vigilantes correndo, a gente chegava morto. (FIGUEIRA, entrevista concedida em 14/12/2018)).

O espaço era empregado de diversas maneiras pelos posseiros, invasores e moradores cujas finalidades também se distinguíam. Dessa forma, a região era aproveitada para a produção de bens perecíveis, como frutas, hortaliças para consumo próprio e comércio, bem como fabricação de carvão, farinha; retirada de areia, madeira para construção de moradias; abate de animais para consumo e comércio. Algumas dessas atividades deixaram de ocorrer, contudo outras persistem hodiernamente.

A relação dos sujeitos que frequentavam o espaço com o fragmento ambiental despertava angústia em alguns docentes, emergindo assim um Grupo de Trabalho conhecido como Biota que,

Com a vinda do ICB pro Campus tornou-se mais evidente que a situação era potencialmente muito grave porque estava já instalado o processo de desmatamento no entorno do Campus. Coisas absurdas estavam acontecendo. Um dia eu escutei uma conversa no estacionamento de alunos e professores dizendo que estava na hora de vender essa floresta pra comprar equipamento, então a percepção ambiental era essa de desmatar tudo, pra que tanta floresta? Era melhor cortar e vender a madeira. Eu entrei em pânico e fui falar com Severiano Mario Porto, o arquiteto que planejou isso aqui para que se tivesse uma ocupação racional, ecologicamente saudável. Então nessa ocasião procurei Severiano Mario Porto e propus um Grupo de trabalho para frente na questão da regulamentação da ocupação do Campus porque senão a gente não ia segurar isso. Então Severiano procurou o Prof. Roberto Vieira, Vice-Reitor na época o qual teve uma enorme sensibilidade, então surgiu o grupo Biota. Depois houve uma portaria do Reitor Otávio Mourão institucionalizando o grupo Biota (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

GT Biota e as memórias dos conflitos

A criação do GT Biota em 1977 foi o primeiro movimento ambiental institucionalizado pela Universidade, e serviu na relação das dimensões de base operacional, assim como científica- acadêmica. Quanto aos objetivos deste grupo, Forsberg nos informa que,

Basicamente, o GT Biota foi formado para (1) criar regras e procedimentos para a seleção de áreas nas quais deveriam construir a infraestrutura física (construção e outros serviços); (2) estabelecer regras sobre planejamento, execução e conservação da malha rodoviária do campus; (3) elaborar regras e procedimentos para manter a segurança e a integridade física do campus; (4) identificar e catalogar espécies de plantas e

animais, bem como córregos e outras características ambientais, a fim de elaborar um programa para conservá-las. (FORSBERG, 1999, p. 65)

Acesse o Texto completo da
Portaria 886/77 sobre a
criação do GT Biota - QR
Code



O início dos movimentos ambientais no *Campus* teve como protagonismo a defesa territorial, contudo, com o passar dos anos, testemunhamos as pressões que este espaço sofreu, das quais continua padecendo, e como a salvaguarda territorial não apenas transformou-se em uma luta pela conservação da biodiversidade local, mas também reverberou para a cidade de Manaus.

O resgate dessas memórias nos leva a ratificar a importância desse fragmento florestal, mas, também, a constatar que pouco sabemos sobre as histórias de lutas que estão marcadas nas lembranças daqueles que ousaram defender com sua própria vida, se necessário fosse, este espaço.

Várias ações foram tomadas a partir da orientação do GT Biota. A mais conhecida no *Campus* é a estrada que interliga o mini-campus ao Setor Norte e implantou os edifícios em um platô para reduzir o impacto na alteração da topografia do terreno. Sobre essa atividade, Arruda (entrevista concedida em 14/12/2018) relata que a estrada no ICHL – Instituto de Ciências Humanas e Letras - “tinha um traçado, mas foi modificado pois prejudicava algumas nascentes. O traçado inicial exigiria alguns aterramentos, terraplenagem e terraplanagem e afetaria algumas das nascentes” (Figura 5 e 6)

Figura 5 - Estrada para Setor
Norte



Fonte: Museu Amazônico/UFAM,
18.12.18

Figura 6 - Construção Severiano Porto



Fonte: Museu Amazônico/UFAM, 18.12.18

Apesar das construções, o clima de tensão no princípio da implantação do campus universitário era evidente por todos os sujeitos que ali se encontravam. A Profa. Dra. Elizabeth Santos rememora que,

O começo no Campus foi algo muito tenobroso, de animais peçonhentos, de loucos que iam pra lá, de desova de corpos. O Hospital Psiquiátrico funcionava nos Boas Novas e os pacientes apareciam na UFAM. Era uma coisa louca, na curva para ir ao ICHL, apareciam pessoas mortas, jogavam pessoas ali (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

A Profa. Dra. Martha Falcão (Figura 7) desenvolvia atividades não apenas dentro do Campus, mas na cidade de Manaus, “plantei muito com a professora, prepara as mudas, uma vez ela pegou um caminhão, juntava os alunos e ia pro São José plantar, dava pra moradores. Naquela época ela lutava muito por isso aqui, só fazia isso” (MIGUEL SOUZA, entrevista concedida em 28/11/2018).

Figura 7 - Martha Falcão



Fonte: UFAM, 2016

Os vigilantes eram servidores institucionais que ocupavam essa função, mas de maneira educativa, ou seja, não podiam ter porte de arma de fogo. Contudo o contexto era muito grave devido as invasões, acarretando muitos conflitos na defesa do espaço. A memória mais latente, talvez a mais grave, ocorrida com o Sr. Carvalho, vigilante institucional, atualmente aposentado, gerou um sofrimento de muitos anos, tendo como desfecho sua absolvição. Arruda (2018) relembra o fato,

Tinha um senhor que comprou uma “cartucheira” de brinquedo pra criança, e usava como se estivesse armado e se arriscava com terçado e acabou acontecendo o que se previa, pois aqui existiam muitas pessoas querendo invadir, além daquelas pessoas que escondiam produtos roubados. E acabou acontecendo o que se previa, um deles como tinha que fazer as rondas que eram feitas diariamente. Um deles acabou trazendo pra cá, especialmente nos finais de semana que acontecia muita coisa aqui, como os cadáveres, desova, algumas situações de extrema crueldade, assassinatos. Inclusive um jovem que foi morto a pauladas aqui dentro porque a gangue queria se vingar do irmão dele. Foi um negócio terrível, e os seguranças preocupados com esse contexto começou a trazer uma espingarda escondido pra ir com os outros e de repente eles toparam, entre o Coroadó e a UFAM, se depararam com um monte coberto de lona. Eles levantaram a lona e estava cheio de equipamentos eletroeletrônico roubados que estavam sendo escondidos aqui dentro. Isso foi nos anos 80, enquanto eles (vigilantes) estavam olhando esses produtos de furto, chegou a gangue. E a gangue já chegou atirando, com uma sorte muito grande, o revólver do marginal falhou duas vezes, ocasião em que o segurança deu um tiro em legítima defesa, e os outros marginais fugiram. E a universidade não tinha como fazer nada porque não havia regularizado a situação desses heróis que arriscavam as suas vidas para defender todo esse patrimônio natural da UFAM (...) Não somente neste caso, como em vários outros, o trabalho desses seguranças, desses homens foi muito comovente, fundamental. As invasões que eles impediram... Foram uns heróis a Universidade deve a esses seguranças uma solenidade porque até agora nunca homenagearam (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018)

Outro fato bem exemplar de como se dava o processo de ocupação das terras da Universidade aconteceu com o próprio docente organizador do GT Biota, Prof. Dr. Arruda. Sobre esse acontecimento ele nos conta que,

O nosso laboratório funcionava até tarde da noite, e um dia dois seguranças interromperam a aula pra me comunicar que havia um camarada na estrada que vai pro ICHL. Era uma estrada estreita que não havia sido pavimentada. E disseram: tem um camarada que armou uma rede de dormir de ponta a ponta na estrada, com

uma espingarda de dois canos e está dizendo que se alguém passar porque tudo que está atrás dele é dele. Que ninguém vai entrar naquilo que é dele. Ele tomou posse, e se alguém, quem quiser passar lá, vai passar fogo. E a gente quer que o senhor vá lá com a gente.

Não existia batalhão ambiental, não tinha nada. Ele era acostumado com certeza a fazer isso. Então cheguei com ele, sem nenhum colete, nenhuma segurança nada e conversei com ele. O camarada foi logo falando. Você e ninguém aqui tem peito de aço e não vai passar ninguém. Eu falei: olha melhor o senhor mudar de ideia porque pode ser que não seja só você que esteja armado. Eu vou lhe dizer uma coisa se o senhor mexer um pouquinho isso aqui, derrubar uma árvore o senhor vai ter problema. Então as invasões eram desse jeito e era pior porque era uma ocupação dispersa, fragmentada, eram focos distantes. O camarada desistiu, acreditou no blefe e foi embora (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018)

Diversos são os episódios de ousadia, enfrentamento e coragem em lutar pela preservação e conservação do espaço. A Profa. Dra. Elizabeth Santos rememora algumas cenas sobre a questão ambiental,

Nossa teoria não é nossa prática dentro do campus, um aluno passou por uma lixeira e jogou um copo de café no chão. Eu o questionei, mas ele disse que não queria mais o copo, então expliquei para jogar no destino correto, a lixeira, mas ele foi embora e não juntou. Se você vai do caminho do mini campus para o campus, você vê o que se joga e quem joga? São os próprios alunos, professores, servidores.

Outra história. Eu estava na estrada indo do Mini campus para o campus quando eu vi um sauim de coleira morto, então eu olhei e vi um bando de sauims gritando na margem da estrada, como se aquele sauim fosse um líder, ocasião em que dois macacos foram e puxaram para a beira da estrada o sauim atropelado. Eu parei o carro e fiquei sendo testemunha daquilo, eu fiquei perplexada. E nisso vem o pró-reitor de pesquisa na época e viu que eu parei no meio da estrada e perguntou o que havia acontecido, depois de ter contato a história ele disse: Joga ele pra lá. Ele não entendeu a grandeza daquele episódio. Eu estava vendo o movimento de animais, de sauims, o desespero pelo seu líder morto e vi o momento humano da indiferença. Aquela cena eu queria ter gravado foi impressionante (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

Movimento GT Biota e a emergência do Centro de Ciências Ambientais

A atuação do GT Biota foi fundamental para a consolidação do *Campus* como hoje o conhecemos. A inquietude pairava principalmente devido o processo

de ocupação do espaço e a tentativa de conservação e/ou preservação da biodiversidade existente. Prof. Dr. Neliton Marques relembra que,

A nossa preocupação era a conservação disso porque a pressão era muito grande e continua de certa forma. Era um grupo que definia a política de ocupação da área verde do campus, no sentido de ordenar o espaço, das áreas que viriam ser desmatada para a construção das unidades acadêmicas e etc., obedecendo alguns critérios ambientais como a conservação dos olhos d'água, da fauna, de certa forma da flora. Então era um grupo em que sempre os tomadores de decisão, a administração buscava ouvir. A Universidade não possuía uma política institucional ambiental na época que pudesse nortear a sua agenda ambiental (NELITON MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Assim, este movimento trouxe a questão ambiental para uma futura prática política institucional ambiental, a partir do momento em que começou a possibilitar ações coordenadas com o intuito de conservar e/ou preservar o ambiente e garantir a sustentabilidade dos ecossistemas existentes.

Apesar da grande relevância na laboração deste grupo, ele foi duramente criticado, incompreendido e até mesmo ofendido por outros pares docentes, discentes e administrativos da época. “Foi satirizado como GRUPO IDIOTA porque começamos a brigar pela conservação e preservação do campus e as pessoas ironizavam isso” (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018).

O grupo Biota era um movimento fortemente combatido por todos, alunos, professores, servidores pois pensavam que não queríamos o desenvolvimento, as construções (...) A gente entendia que era necessário um zoneamento ecológico para saber quais as áreas para construções que seriam menos impactantes para o ambiente. Então o campus explodia crescendo e o GT Biota preocupado com a necessidade de trazer todos os cursos para o CAMPUS porque a UFAM era distribuída na cidade de Manaus (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018)

Para Prof. Frederico Arruda, a atuação do GT Biota, apesar de pertencer à universidade, ecoou em toda cidade de Manaus, inclusive ele acredita que a gênese na constituição do Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amazonas decorreu das experiências ocorridas neste espaço, pois tal defesa teve reflexos em vários segmentos na cidade de Manaus (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018). Inúmeras foram as atividades desse movimento ambiental repercutindo, não apenas nesse período, como também mais recentemente, no protesto à construção do Shopping Manauara, na figura da Dra. Elisa Wandeli,

líder do momento ambiental estudantil na década de 1980 e que também atuou junto com o GT Biota. Contudo com o decorrer do tempo e ampliação das necessidades institucionais, “o GT Biota foi extinto porque se acreditava que o CCA – Centro de Ciências do Ambiente - faria aquilo que o Biota estava fazendo, o que não aconteceu” (ibidem, entrevista concedida em 14/12/2018).

O Centro de Ciências do Ambiente foi criado também para permitir a convergência de projetos e ações interdisciplinares, considerando a organização compartimentalizada em que tradicionalmente a universidade é constituída, atendendo a necessidade que passou a se impor ao tratamento da questão ambiental. Analogamente o que aconteceu na Universidade de Brasília, com a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS.

Prof. Dr. Neliton Marques contribui afirmando que o GT Biota passou por um processo de renovação, não possuindo uma agenda tão consistente na medida que a Universidade institucionaliza algumas ações, o grupo “foi perdendo um pouco o foco, passando a não ser mais o fórum que tinha a decisão final da decisão final nas tomadas de decisões.” (Neliton Marques, entrevista concedida em 05/12/2018). Sobre esse contexto, a Profa. Dra. Elizabeth Santos relembra a criação Centro de Educação Ambiental na Amazônia, proposto entre outros centros, logo após a Rio 92, atendendo a uma chamada do Ministério da Educação:

A minha intenção era que esse centro de educação funcionasse na UFAM, então fiz o projeto o qual foi aprovado, só que os recursos não eram suficientes. Então o reitor à época, destinou o recurso desse centro para o Centro de Ciências do Ambiente – o CCA. Como a estrutura não comportaria um Centro de Educação Ambiental (CEA) dentro de outro centro, a administração maior da universidade decidiu criar a Escola de Educação Ambiental como parte integrante do Centro de Ciências do Ambiente. Então foi inaugurado o CCA. A proposta foi que metade da estrutura seria ocupada pelo Centro de Ciências do Ambiente e a outra metade pela Escola de Educação Ambiental mas o primeiro regimento colocou a escola como uma divisão do CCA. (SANTOS, entrevista concedida em 06/11/2018)

O órgão foi concebido com caráter multidisciplinar, para organização e coordenações de atividades e programas ambientais da Universidade Federal do Amazonas, “através do ensino, pesquisa e extensão, visando a promoção do

desenvolvimento sustentável da Região Amazônica e a qualidade de vida das populações humanas na região” (BRITO, 2011, p.111).

Neliton sobre a concepção do CCA, ao pensar na estrutura de um curso de pós-graduação, contribui dizendo que, “na época era muito difícil definir a colocação pela CAPES, tendo um perfil como esse. De qual caixinha, qual janela eu vou colocar um programa como esse, porque um curso transdisciplinar era uma coisa realmente pouco usada” (Neliton Marques, entrevista concedida em 05/12/2018). Diante dessa magnitude o CCA iniciou seu funcionamento em uma pequena sala no Museu Amazônico. O Dr. Vicente Nogueira, destacou:

Em 1991, eu entreguei o cargo de diretor do CCA, mas deixei uma proposta regimentar para o próximo diretor, Prof. Arruda, e fui fazer meu pós-doutorado no USA. No retorno, o Prof. Neliton era o terceiro diretor, momento em propus que começássemos o curso de Pós-Graduação strictu sensu no CCA e comecei a trabalhar no CCA. Propus o curso de mestrado em Ciências do Ambiente, aprovamos e fizemos o regulamento. Esse curso tinha uma característica, no qual eu fui derrotado. Eu me baseei num modelo de mestrado que existia na Universidade de Monash na Austrália e funcionava assim. Você escolhia uma determinada área geográfica pra analisar e trazer soluções, mas por exemplo uma professora que estuda solos que faz parte do programa diz: “A não, mas o meu trabalho é na BR 174, eu não sei se dá pra fazer isso aqui não”; Aí você chama o de antropologia e diz “ Ah não, o meu trabalho são com os Ticunas, eu não vou querer trabalhar com a população urbana” e assim por diante. Porque a ideia era você utilizar as habilidades pra abordar um problema em comum de tal sorte que não tivesse ninguém que soubesse mais sobre aquele tema, do ponto de vista de química ambiental, sociológica, antropológica, seja do ponto de vista de engenharia. Era essa a ideia, mas não vingou porque cada professor pensou nos seus próprios interesses (VICENTE NOGUEIRA, entrevista concedida em 22/11/2018).

A propositura do Prof. Vicente pautava-se numa visão transversal, multidimensional e interdisciplinar, em um período onde fazer ciência era tido de forma precipuamente departamentalizada, disciplinar. “A aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (...) respeitar suas diversas dimensões, assim, o ensino estaria respeitando o ser humano como um ser biológico-sociocultural (ARAUJO, 2013, p. 35). Inúmeras são as contribuições e avanços trazidos no sentido de uma governança ambiental, o que atenderia a abordagem interdisciplinar que a questão requer.

O Regimento Ambiental foi concebido, mas ele acabou derivando pra Política Ambiental, com as diretrizes, os princípios que

nortearam esse regimento acabou resultando na atual política que está expressa na resolução. No âmbito da política ambiental foi previsto alguns instrumentos de gestão, e se definiu que um dos gestores disso seria o CCA por razões óbvias porque esse é a razão dele e o perfil dele (MARQUES, entrevista, 2018).

Múltiplos foram e são os desafios em toda a caminhada da história ambiental dessa significativa APA, estar atento à evolução das demandas ambientais e sociais é uma adversidade que necessita ser a cada dia superada para a promoção e adequação da instituição às novas necessidades locais, contudo,

Há, no entanto, uma distância imensa no meu modo de ver entre a aplicação dessa política ambiental e uma efetiva sensibilização daqueles que convivem aqui no campus universitário. Não há porque? porque esse não é um trabalho de exclusiva responsabilidade da prefeitura ou do CCA por exemplo, esse trabalho deveria ser feito como um trabalho de formiguinha, de mobilização por todas as unidades, e não apenas por uma (ARRUDA, entrevista concedida em 14/12/2018).

As responsabilidades, as múltiplas atribuições e papéis distribuídos entre as esferas e segmentos dificultam a integração efetiva para uma adequada gestão do ambiente, contudo enfoques estratégicos de mobilização, ensino e sensibilização pode possibilitar um trabalho coerente para atender as prioridades ambientais detectadas, para Angeline Ugarte, gestora ambiental da APA na Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), “este nome tem a conotação mais bonita de todas, de uma profundidade muito grande que na minha opinião parece que diverge de todo o resto do corpo técnico do país” (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

Essa divergência, ela explica que,

Esta é a tipologia com o nome de muita beleza e que mereceria muito mais respeito. O que se tem hoje é um nome com uma conotação polissêmica, porque é o entendimento de que a categoria, o entendimento não é o que diz a legislação, é a mais flexível de todas as categorias de unidade de conservação dentro daquelas de uso que é o sustentável. Há quem diga inclusive no meio técnico, que se é APA pode tudo. E quando a gente diz, “pode tudo”, a gente está depreciando tudo, toda a estratégia da localização geográfica, todo o serviço ambiental prestado por aqueles ecossistemas, todo o valor histórico daquela sociedade que está inserida ali (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

As APAs por se tratarem de uma categoria de Unidade de Uso Sustentável, admitindo ações antrópicas e neste caso, cercada por uma área totalmente urbana, fica mais suscetível à degradação ambiental, razão esta da relevância na definição de seu uso que vá ao encontro de colaborar com a reversão dos processos de degradação. O objetivo para implantação da APA FLORESTA MANAÓS tenta conciliar a organização da ocupação humana e a proteção da biodiversidade. A lógica da Prefeitura de Manaus ter criado essa APA é de formação de minicorredores ecológicos urbanos: “só que fazer corredores urbanos ecológicos numa cidade não é tão fácil porque você precisava construir alguma infraestrutura mínima pra possibilitar por exemplo o fluxo da fauna terrestre (Neliton Marques, entrevista concedida em 05/12/2018). Contudo as dissidências na implantação da APA FLORESTA MANAÓS emergiram da preocupação enquanto sua gestão, onde questionava-se:

Se você implantar, qual é o temor? Qual é a ameaça? O temor é a Universidade perder a autonomia na gestão do seu espaço territorial e qual é a ameaça? Ao perder essa autonomia não ter mais os mecanismos de gestão e gerenciamento até mesmo de proteção desse espaço (NELITON MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Nesse sentido, em consequência da diversidade de questionamentos, dúvidas e temores, Neliton acredita que o processo foi,

Um pouco enviesado porquê de modo geral a comunidade acadêmica não foi suficientemente ouvida. Não houve um processo interno de discussão. Ela foi criada até de certa forma extemporânea. Apesar da Universidade ter assento no conselho, no caso o conselho municipal de Meio Ambiente pois é uma APA municipal (...) Por isso que internamente ainda há controvérsias quanto à conscientização a esta APA porque gerou uma certa instabilidade, uma certa insegurança. Como é que fica a gestão? (NELITON MARQUES, entrevista concedida em 05/12/2018).

Os conflitos na gestão entre as esferas acarretam um certo grau de insegurança, contudo,

No âmbito de competência não há nenhum conflito (...) alguém poderia levantar alguma suspeita de que o município quer ingerir no espaço federal, por exemplo, mas não há esse risco também porque nas APA pelo o que diz a legislação é permitido as terras públicas e privadas. E públicas não há nenhum impedimento dizendo que é municipal, estadual ou federal. Quem é dono, quem tem a titularidade e a dominialidade da terra tem total gerência sobre o seu espaço, então nesse sentido também não há conflito de

competências, nem impedimento. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

A elaboração do Plano de Manejo, como instrumento de gestão, possibilitou a constituição de um Conselho Consultivo, envolvendo os atores implicados nesta área protegida para o cumprimento da legislação ambiental. Assim, “as regras de uma unidade de conservação são pensadas a partir desses estudos; os programas que serão implementados, as regras de uso é o que vai dizer o que é adequado. (UGARTE, entrevista concedida em 08/02/2019).

Tais regras de uso necessitam partir de reflexão em torno da relação do homem e o ambiente, prevendo uma perspectiva ética que deve ser compreendida de forma complexa e indissociável pois novas demandas emergem em um encadeamento por vezes simbióticos, retroalimentados. Pensar a cidadania ambiental no viés da proteção e uso sustentável da biodiversidade requer um contexto estratégico, bem regulado não apenas por normas jurídicas responsáveis por dirimir a conduta do indivíduo, mas socioculturais que fomentem a mudança de comportamento. Neste momento, o Termo de Referência se encontra no departamento jurídico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAS para análise.

Considerações finais

O processo de formação da Área de Proteção Ambiental Floresta Manaus emergiu em primeiro momento como defesa do espaço territorial, contudo ao longo do processo o foco direcionou-se para proteção e conservação ambiental a partir da implantação dos primeiros movimentos ambientais na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

As mobilizações tomadas inicialmente por alguns docentes e vigilantes possibilitou a incursão de várias ações que hoje se transformam em memórias de luta não apenas na década de 1970, mas que sentimos até hodiernamente como reflexos na cidade. Na atualidade as práticas ambientalmente insustentáveis por uma comunidade que em teoria deveria ser diferente, incomoda, causa mal-estar e testemunha a multiplicidade que abarca o ser humano. Assim, o desafio é harmonizar diferentes interesses particulares com o intuito de permitir a

proteção dos ecossistemas existentes, possibilitando uma governança ambiental na remediação de conflitos decorrentes do uso e da ocupação do solo.

Agradecimentos

Somos agradecidos por todos os sujeitos que participaram na colaboração desta pesquisa autorizando a entrevista. Agradecemos também pela Prefeitura do Campus Senador Arthur Virgílio Filho e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente pela autorização da pesquisa. Agradecimento especial a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa de doutorado da primeira autora.

Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia: Do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004
- ALVES, Jhones Lemos. **Estudo temporal dos fragmentos florestais urbanos por meio das ferramentas geotecnológicas: o caso da cidade de Manaus, Amazonas**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- AMORIM, Angeline Ugarte. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 08/02/2019, Manaus, 2019.
- ARAÚJO, Fabiane de Matos; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **A prática da transversalidade na Formação de Professores: Reflexos no Ensino Básico**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.
- ARRUDA, Frederico. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 14/12/2018, Manaus, 2018.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na Floresta**. Editora: Civilização Brasileira, 1992
- BEREND, Ivan T. **An Economic History of Twentieth-Century Europe**. Cambridge University Press, 2006. P. 312.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução 196 de 10 de outubro de 1996**. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acessado dia 18 de outubro de 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução 466 de 13 de junho de 2012.**

Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_re_solucao.html. Acessado dia 18 de outubro de 2018.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM.** 2.Ed. Ver.Amp. Manaus:

Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CAVALCANTE, Kátia Viana; CARVALHO, Albertino de S; PINHEIRO, Eduardo da Silva;

FIGUEIRA, Francisco. **Entrevista.** Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 14/12/2018), Manaus, 2018.

FORSBERG, Silvia M.C. **Protecting an urban forest reserve in the Amazon: a multi-scale analysis of edge effects population pressure, and institutions.** Tese de Doutorado, Indiana University, 1999.

GORDO, Marcelo; FRAXE, Therezinha. **Gestão Ambiental: Zoneamento Ambiental do Campus da UFAM.** Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG, 2014

HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. **Habitar na cidade: provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975.** 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

HIGUSHI, Maria Inês. **Notas de Aula: Comportamento Socioambiental** – Disciplina pós-graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, 2017

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4º Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 498

MANAUS. **Decreto nº 1503 de 27/03/2012.** Criação da Área de Proteção Ambiental APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA. Disponível em <http://semmas.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/10/Decreto-1.503-de-27-de-mar%C3%A7o-de-2012.pdf>. Acesso dia 14 de janeiro de 2017.

MANAUS. **Decreto 4.515 DE 26/07/2019**. Substituição da nomenclatura da APA UFAM, INPA, ULBRA, LAGOA DO JAPIIM, ELIZA MIRANDA e ACARIQUARA para APA FLORESTA MANAÓS. Diário Oficial de Manaus 4747 de 26 de julho de 2019.

Disponível em:

<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2019/julho/DOM%204647%2026.07.2019%20CAD%201.pdf>. Acessado dia 23 de agosto de 2019.

MARQUES, Neliton. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 05/12/2018, Manaus, 2018.

NOGUEIRA, Vicente. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 22/11/2018, Manaus, 2018.

PRIMACK, Richard B & RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. Editora Planta.

SANTOS, Elizabeth. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira em 06/11/2018, Manaus, 2018.

SOUZA, Miguel. **Entrevista**. Concedida a Fabiane Araújo de Oliveira concedida em 28/11/2018, Manaus, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso. Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

*Recebido em Março de 2020
Aprovado em Junho de 2020*